



3947 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL
Tarcyla Coelho de Souza Marinho - PREFEITURA MUNICIPAL

RESUMO

O objetivo do artigo é identificar, juntos aos documentos do PNAIC, recomendações alinhadas a organismos internacionais. O PNAIC é uma política educacional de alfabetização que intenta alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, via formação continuada. O estudo é qualitativo, constituído a partir da leitura e análise de documentos. As análises iniciais indicam que o PNAIC responde a acordos internacionais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. PNAIC. Formação Continuada.

INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL

INTRODUÇÃO

No artigo em tela, apresentamos as primeiras análises de uma pesquisa em curso que investiga os efeitos dos acordos internacionais subscreitos pelo Brasil na formação continuada no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Nesse sentido, o recorte aqui proposto tem por objetivo identificar, juntos aos documentos do PNAIC, recomendações alinhadas a organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Banco Mundial.

Por considerar que baixos índices de alfabetização e educação, em geral, se constituem em barreiras impeditivas ao desenvolvimento de um país, organismos internacionais, a título da Unesco, frente aos altos índices de analfabetismo em nível global, divulgados via avaliação em larga escala, apoia políticas de promoção da alfabetização em todo o mundo, por meio da campanha Alfabetização para Todos, por entender a aquisição de competências básicas de alfabetização, leitura e escrita, e o seu uso ao longo da vida como crucial para o desenvolvimento socioeconômico.

Diante desse cenário desafiador, os Estados-Nações são pressionados, em nível global, a dar respostas urgentes para essa questão, considerando as implicações sociais que a manutenção dessa situação pode causar à economia mundial. Nessa direção, como estratégia de combate à problemática da alfabetização, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), lançou em 2012 o PNAIC, o qual se utiliza da formação continuada como eixo central de atuação.

Isso se deve, em grande medida, ao lugar de destaque ocupado pela educação enquanto pilar para o desenvolvimento da economia global pautada na "[...] convicção de que a expansão e a melhoria dos sistemas educativos asseguram inelutavelmente o desenvolvimento socioeconômico" (TEODORO, p.22, 2008), o que promove o alinhamento da educação a uma agenda regulada por forças externas, com intenções, objetivos e metas definidos para manter os ideários do capitalismo neoliberal, o qual se apresenta como única alternativa viável para resolução dos problemas que acometem a sociedade contemporânea.

Nas incursões sobre essa temática, percebemos que a formação continuada ocupa posição estratégica, utilizada pelos organismos internacionais para manutenção do ideário neoliberal com prioridades externamente definidas para orientar o ensino, tendo em vista alcançar seus objetivos.

O reconhecimento de políticas de alfabetização de crianças, que se utilizam da formação continuada, a exemplo do PNAIC, como eixo central de atuação, em cumprimento a acordos firmados com outros países e sua possível interferência no delineamento das ações, sugere a necessidade de estabelecer um diálogo educacional investigativo em nível global, disposto a refletir criticamente sobre o cenário e o contexto no qual se movimentam as políticas, as práticas e os discursos sobre formação continuada e com os quais se articulam.

FORMAÇÃO CONTINUADA: PNAIC EM TELA

O PNAIC é um compromisso firmado entre Governo Federal, estados, municípios e entidades que visa assegurar o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo, oito anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização, previsto na Portaria n.º 867, de 4 de julho de 2012, que institui e estabelece suas diretrizes gerais e tem por objetivos:

- I – Garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental;
- II – reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III – melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- IV – contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V – construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental (BRASIL, 2012b).

Ao ler os objetivos priorizados no Programa, há um sentido a se destacar: duas áreas do currículo são privilegiadas — língua portuguesa e matemática —, o que reforça a ideia de que são essas as áreas centrais do conhecimento, apesar de apresentarem em seus cadernos de unidade um tom interdisciplinar de organização do trabalho pedagógico com as outras áreas do currículo, como pode ser visto no caderno *Alfabetização em foco: projetos didáticos e sequências didáticas*

De acordo com o *Manual do Pacto* (2012), “as Ações do Pacto são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicos que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação [...]” (BRASIL, 2012a, p.11), apoiados em quatro importantes eixos de atuação: 1) avaliação sistemática; 2) gestão, controle social e mobilização; 3) materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; e 4) formação continuada presencial dos orientadores de estudo e professores alfabetizadores. Este último eixo central das ações desenvolvidas pelo PNAIC, previsto no artigo 6º da Portaria n.º 867/2012, se justifica por entender ser o alfabetizador agente multiplicador de fundamental importância para alcançar o objetivo proposto pelo PNAIC.

Inspirado no Programa Pró-Letramento, a formação continuada é estruturada por meio de uma rede de formação composta por professor formador, orientador de estudo e professor alfabetizador, com vistas a instituir a proposta nas unidades de ensino. Aos profissionais da educação envolvidos nas ações do PNAIC, é concedida uma bolsa de estudos, expresso na Portaria n.º 90, de 6 de fevereiro de 2013, que define o valor máximo a ser pago como incentivo à sua formação.

As ações de avaliação contam com a Provinha Brasil, a ser realizada no início e ao final do segundo ano, para verificar as habilidades de leitura e escrita, e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a ser realizada ao final do terceiro ano.

Vinculados ao objetivo III, as ações avaliativas mencionadas acima, de caráter quantitativo, apontam para uma prática formativa com vistas a elevar os indicadores de qualidade, o que tem colaborado para a responsabilização do professor pelo baixo desempenho dos alunos nas avaliações nacionais, provocando nos educadores um sentimento de culpa e fracasso diante do resultado indesejado.

Assim, o PNAIC pretende formar professores críticos, que proponham soluções criativas para os problemas enfrentados pelas crianças em processo de alfabetização, no entanto, se esquece de aliar às questões pedagógicas aspectos de ordem infraestrutural da formação, como também questões que atravessam o trabalho dos docentes — baixo salário, salas superlotadas, precariedade do espaço físico, pouco tempo para estudo —, criando barreiras à promoção de efeitos positivos e mais consistentes na aprendizagem dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de doutorado em curso é de cunho qualitativo, do tipo empírico, operacionalizada através da leitura e análise de documentos e de entrevista semiestruturada. Em virtude do recorte feito, apresentaremos aqui as primeiras informações produzidas junto aos documentos oficiais do PNAIC, tendo como foco de análise o eixo de formação continuada em língua portuguesa. Tomamos para análise documentos oficiais do PNAIC referentes ao primeiro ano de implementação, 2013.

A leitura e análise dos documentos nos permitiu perceber a articulação feita entre organismos internacionais, mais especificamente a Unesco, e a política educacional brasileira, podendo dar como exemplo a “Década das Nações Unidas para a Alfabetização” (2003-2012), declarada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 19 de dezembro de 2001, como desdobramento de um conjunto de ações e metas de caráter internacional, sob coordenação da Unesco, no qual situamos o PNAIC como resposta do Brasil ao acordo firmado mundialmente com outros países.

Na sequência do que estamos a desenvolver, citamos ainda o documento da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao acordo firmado mundialmente com o Programa das Nações Unidas, que estabeleceu o ano de 2015 como prazo máximo para universalizar a educação primária para todas as crianças do mundo, anteriormente já deliberado pelo Fórum Mundial de Educação, realizado no ano de 2000, na cidade de Dakar, no Senegal, no qual o governo brasileiro, para sua consecução, lançou no ano de 2012 o PNAIC, em cumprimento desse objetivo mundial.

Nesse sentido, importa observar que o PNAIC está solidamente fundamentado em políticas internacionais, operacionalizadas por organismos internacionais, o que nos leva a pensar que o mesmo foi sistematicamente construído em resposta a acordos internacionais. Tal aspecto pode ser notado ainda se tomarmos para análise um dos objetivos do programa, qual seja, elevar os indicadores de qualidade no ensino da leitura e da escrita de crianças em processo inicial de alfabetização, este em consonância com a perspectiva comparativa internacional.

Tal perspectiva se realiza via avaliação em larga escala como a Provinha Brasil e a ANA, uma vez que estas se constituem em instrumentos de reguladores das políticas educacionais que visam exercer o controle da avaliação como forma de acompanhar os resultados da proposta idealizada, ou seja, verificar se os resultados respondem positivamente ao recomendado na agenda estruturada globalmente.

Com preocupação, Stan Karp adverte que “[...] esses testes padronizados e profundamente errados tornaram-se os principais instrumentos políticos para encolher o espaço público, impor sanções contra professores e punir ou fechar escolas” (KARP, 2012, p. 441), tudo isso à custa da invisibilidade do caráter político da educação, que envolve, dentre outras coisas, questões de raça, classe social e gênero em detrimento do aspecto cognitivo.

O fetiche de padronizar para comparar fundamentado em avaliações de caráter comparatista internacional permite como resultado mais imediato, como se pode ler em Afonso, “[...] vincular e legitimar muitos discursos e muitas políticas nacionais para a educação e formação” (AFONSO, 2012, p. 475).

Nesse contexto, a opção pela política de controle é importante na medida em que promove a padronização dos resultados, por meio do qual é feito o “ranqueamento” do sistema educacional entre diferentes países, em alguns casos até, e o que é pior, entre diferentes escolas e alunos, culminando na perversa responsabilização dos docentes pelo insucesso da escola, ocasionando, em muitos casos, no adoecimento dos docentes. Como escreve Akkari, “a observação da evolução recente dos sistemas de educacionais revela a emergência de padrões educacionais e avaliações nacionais e internacionais como uma das facetas da internacionalização das políticas educacionais [...]” (AKKARI, 2011 p.95).

Assim, presumo que o programa ora citado responde primeiramente a questões de caráter político econômico, uma vez que os condicionantes das políticas educacionais decorrem dos processos de globalização, estes tencionados pelos organismos internacionais. Apenas em segundo plano, estaria o interesse nacional de alfabetizar as crianças.

CONCLUSÃO

Podemos dizer, então, que a formulação de políticas educacionais de países economicamente dependentes, a exemplo do Brasil, está sob forte efeito dos processos de internacionalização, uma vez que, ainda que definidas de acordo ao interesse nacional, estão longe de serem decididas autonomamente se estão subordinadas a financiamentos externos para desenvolvimento de suas ações.

Assim, a rede de contato entre países promovida pelos processos de internacionalização fomenta uma relação, muitas vezes, autoritária, mantida pelos países detentores do capital econômico que estabelecem uma troca, em grande medida, unilateral e verticalizada, ao definir não apenas os problemas locais, como também as soluções, generalizando em nível global questões de caráter singular.

Nesse sentido, ao privilegiar uma agenda regulada em nível global, que, via de regra, não possui espaço para questionar a ordem vigente, mas sim para mantê-la, não consideram as diferenças entre os países — cultural, social, econômica etc. —, impossibilita, em grande medida, a promoção de políticas educacionais emancipatórias comprometidas com a justiça social.

REFERÊNCIAS

AFONSO. Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação. **Educ. Soc., Campinas**, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

AKKARI, Abdjalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis : Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: o Brasil do futuro com o começo que ele merece. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 867, de 4 de julho de

2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jul. 2012b. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 90, de 6 de fevereiro de 2013. Define o valor máximo das bolsas para os participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Diário Oficial da União**, 7 fev. 2013. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/documentos-importantes>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

KARP, Stan. Desafiar a reforma escolar empresarial... e dez sinais esperançosos de resistência. **Educ., Soc.**, Campinas, v.33, n. 119, p. 431-454, abr.-jun. 2012.

Unesco. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Brasília: Unesco, Consede, Ação educativa, (2001). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em 28/07/2017.

TEODORO, Antônio. Novos modos de regulação transnacional de políticas educativas. Evidências e possibilidades. IN: TEODORO, Antônio (Org.). **Tempos e Andamentos nas Políticas de Educação: estudos iberoamericanos**. Brasília: Líber Livro Editora, CYTED, 2008. p. 19-35.

